

A outra face do 8 de Março



» FRANCISCO BALESTRIN
Presidente da Federação e do Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Laboratórios e Estabelecimentos de Saúde de SP (FESAÚDE e SindHosp)

"A vida começa quando a violência acaba." A frase é de Maria da Penha, vítima de violência doméstica que a deixou paraplégica após duas tentativas de feminicídio. Seu nome batiza a Lei nº 11.340/2006, considerada o principal marco legal no combate à violência contra as mulheres no Brasil. Maria da Penha é mãe, ativista política, fundadora de uma organização não governamental (ONG), foi eleita uma das 100 maiores personalidades brasileiras de todos os tempos, concorreu ao Prêmio Nobel da Paz em 2016, e o que talvez muitos não saibam: é farmacêutica.

A saúde é um setor majoritariamente feminino. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), as mulheres representam 70% da força de trabalho. Mesmo sendo maioria, elas ocupam apenas 25% dos cargos de chefia na saúde, de acordo com o relatório *A situação das mulheres e a liderança na saúde global*, da organização Women in Global Health.

No momento em que o mundo comemora o Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, é importante enaltecer seus atributos e seu importante papel na família, no trabalho, na política — enfim, na sociedade como um todo, ou onde ela quiser estar. Mas não só isso. É preciso chamar atenção para as desigualdades de gênero, a misoginia, a falta de respeito à diversidade e aos números acachapantes da violência contra

as mulheres. Dar visibilidade a essas questões é uma forma de ecoar vozes que muitas vezes se calam por medo, discriminação, imposição de rígidos padrões sociais ou falta de acesso à Justiça e à proteção social.

De acordo com o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM), divulgado pelo Ministério das Mulheres no ano passado, foram registrados 591.495 estupros no país entre 2015 e 2024. Desse total, 71.892 casos ocorreram em 2024 (último dado disponível), o que equivale a 196 vítimas por dia. No mesmo período, foram contabilizadas 41.309 mortes violentas de mulheres, entre feminicídios e homicídios dolosos ou lesões corporais seguidas de morte. Segundo pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o percentual de violência causada por parceiro ou ex-parceiro é de 32,4% no país, superior à média global, de 27%.

Como se não bastasse, o abuso sexual contra menores expõe falhas profundas na proteção à infância e à adolescência. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e outras legislações prevejam punições severas, a subnotificação, a demora nos processos judiciais e a falta de estrutura adequada para acolhimento e acompanhamento das vítimas ainda são obstáculos significativos. Um dado do Raseam mostra, como exemplo, que, na década entre 2013 e 2023, mais de 232 mil meninas de até 14 anos deram à luz no Brasil, apesar de a legislação brasileira considerar como estupro de vulnerável qualquer relação sexual com menores nessa faixa etária.

As estatísticas são alarmantes. Por trás delas, há sempre histórias interrompidas, famílias devastadas e uma sociedade que falhou em proteger suas cidadãs. A violência contra a mulher é um fenômeno estrutural,

alimentado por uma cultura machista ainda presente em diferentes espaços — nas redes sociais, inclusive. Dados do Mapa Nacional da Violência de Gênero mostram que 58% das mulheres vítimas de violência relatam que a violência é recorrente e marcada por ciclos de agressões que se perpetuam, principalmente pela dependência econômica e pela ausência de redes de apoio.

Leis são importantes, mas, sozinhas, não transformam realidades. Políticas públicas eficientes e uma profunda mudança cultural são imprescindíveis. Delegacias especializadas precisam de estrutura adequada e funcionamento ininterrupto; medidas protetivas devem ser fiscalizadas com rigor; e o acolhimento psicológico e social às vítimas precisa ser ampliado e descentralizado. Por outro lado, a sociedade também precisa fazer a sua parte. E ela começa em casa, com valores transmitidos de pais para filhos e bons exemplos de convivência. Preparar as escolas para que abordem de forma adequada a igualdade de gênero, o respeito e a resolução pacífica de conflitos também é importante, afinal, combater estereótipos desde a infância é uma estratégia poderosa para romper padrões de violência no futuro.

Programas de reeducação para agressores, campanhas voltadas ao público masculino e o incentivo à construção de masculinidades não violentas são caminhos necessários. No entanto, enfrentar a violência contra a mulher exige mais do que iniciativas pontuais: requer ação coordenada, investimento contínuo e, sobretudo, compromisso coletivo. A realidade brasileira evidencia que ainda há um longo caminho a percorrer para que homens e mulheres convivam em condições de equidade. O respeito às mulheres é um princípio básico de justiça e civilidade.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Caso Master-BRB: até agora a maior vítima é a verdade



» JOSÉ NATAL
Jornalista

Dados oficiais confirmam, sem muito esforço, que nunca se viu, em tão pouco tempo no Brasil, tantas versões contraditórias ao redor de um caso como esse que envolve o extinto Banco Master e o já desgastado Banco de Brasília (BRB). Desde que veio a público a Operação Compliance Zero, em 25 de novembro de 2025, deflagrada pela Polícia Federal com a prisão de Daniel Vorcaro, o país assiste, cada um com a sua ótica, a um fantástico show de horrores, com informações desencontradas, fontes oficiais desmentidas por gabinetes da república, conflitos nos bastidores dos tribunais e uma indissfarçável disputa político-econômica, no qual o ego exarcebado e os sinais evidentes de corrupção exalam um mau cheiro perturbador.

Como se fosse um roteiro de novela de TV, com episódios diários gerando suspense e expectativa a todas as tribos, a trama se desenrola arrebanhando personagens de diferentes escalões da Praça dos Três Poderes em Brasília, e com coadjuvantes de peso de governos estaduais, ou, principalmente, do Governo do Distrito Federal, responsável direto pela existência do BRB.

Os fatos até agora revelados, com o processo em andamento, abalam estruturas nunca antes questionadas. Já beirando os quatro meses na tela dos grandes temas em debates, que a comunidade acompanha com apreensão, o balanço dessa encrenca registra dados que chamam a atenção e arremetem para um resultado final imprevisível, e com certeza pra lá de polêmico.

Além de Vorcaro, outros envolvidos estão atrás das grades. CPLs agendam depoimentos, e o volume de autoridades citadas, ou com seus nomes expostos a especulações, criam um cenário de terra arrasada, sinalizando, talvez, que o ano de eleições promete doses de tensão e temperatura elevada. Também no arquivo dessa história, há que se registrar a morte de Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão, o Sicário contratado a preço de ouro, segundo a PF, como pistoleiro de aluguel. Daí a devida dimensão ao caso. Página negativa a mais na nossa prateleira de coisas mal resolvidas, a cada ano adquirindo itens que nada consagram, desmerecem apenas.

Para analistas políticos e autoridades policiais próximas às investigações, a movimentação financeira até agora comprovada e gerada por essa operação Master-BRB é a maior já registrada no Brasil, e surpreende até os mais habituados a lidar com operações do gênero. O que mais impressiona, dizem esses especialistas, é a fácil constatação da elástica lista de pessoas ilustres e famosas de alguma forma lincadas à pessoa de Daniel Vorcaro, ao que tudo indica um facilitador de negócios, pronto a aumentar a fortuna,

atropelando normas legais estabelecidas pelo Banco Central e o mecanismo de ação do sistema econômico do país.

Acuado pela Justiça, a primeira ação efetiva de Vorcaro foi recorrer à rede de pessoas influentes junto do ambiente político e de grupos empresariais em Brasília e outros estados, revelando, a partir daí, uma verdadeira rede de proteção, a qualquer preço. Sem que haja contra eles nenhuma acusação formal de irregularidades cometidas, é evidente o desconforto dos ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, com seus nomes citados em supostas gravações ou mensagens de aparelho celular, todas elas de forma a permitir insinuações nada republicanas.

Nas mesma faixa de procedimento, aparecem os nomes do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, do senador Ciro Nogueira, do presidente da Câmara, Hugo Motta, e uma série de outros, igualmente incomodados. O que se tem agora é uma série de troca de acusações, tentativas de proteção a personalidades com influência política e amparo financeiro robusto.

Com a campanha eleitoral batendo à porta de partidos e candidatos, nada de pior poderia ter acontecido do que essa maratona de fatos, que, de uma forma ou de outra, fatalmente exigiria posicionamentos. Pesquisas eleitorais sobre as próximas eleições começam a pipocar com mais intensidade, e algumas parecem já refletir os estragos que o caso Master apressa em provocar. Muita coisa acontecendo, menos a verdade, ansiosa pra acontecer.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Homens no labirinto do poder

Mitos antigos costumam sobreviver porque descrevem, com imagens poderosas, dilemas permanentes da condição humana. Entre essas imagens destaca-se o labirinto erguido pelo rei Minos na ilha de Creta, destinado a aprisionar o temido Minotauro. Estrutura complexa e quase inescapável, o labirinto simbolizava tanto o poder de quem o construiu quanto o perigo que nele habitava. Curiosamente, esse mito continua sendo uma metáfora eficaz para compreender certos aspectos da vida pública contemporânea.

Ao longo da existência, homens e mulheres constroem em torno de si uma espécie de labirinto pessoal. Esse labirinto é formado por relações, alianças, amizades, compromissos e circunstâncias que, somados, constituem o universo particular de cada indivíduo. Trata-se de um espaço simbólico onde a identidade se consolida e onde a própria razão de existir passa a ganhar sentido. Dentro dele estão os afetos, as expectativas e também as responsabilidades que moldam trajetórias individuais.

Reflexões da psicanálise ajudam a compreender esse processo. O médico austríaco Sigmund Freud dedicou grande parte de sua obra a examinar os conflitos internos que estruturam a psique humana. Em seus estudos aparece a tensão entre duas forças fundamentais: Eros, associada à vida, ao desejo e à construção; e Tânatos, vinculada à destruição e à pulsão de morte. Entre esses dois polos, cada indivíduo precisa encontrar caminhos para organizar seus impulsos e dar sentido à própria existência. Freud observou, ainda, que a sublimação constitui um dos mecanismos mais importantes para a vida civilizada. Por meio dela, impulsos primários podem ser transformados em energia criativa, socialmente útil e culturalmente produtiva. Arte, ciência, política e instituições surgem, em grande medida, dessa capacidade humana de converter tensões internas em realizações coletivas. O problema surge quando esse processo de transformação falha, especialmente no campo do poder.

Homens públicos, por ocuparem posições estratégicas dentro do Estado, frequentemente constroem labirintos muito mais complexos do que aqueles que cercam a vida privada do cidadão comum. Redes de influência, estruturas burocráticas, alianças políticas e interesses institucionais passam a compor um sistema intrincado que tende a proteger seus integrantes. Em certos momentos, esse sistema adquire características semelhantes ao labirinto mitológico de Creta. O monstro que deveria ser contido passa a confundir-se com o próprio construtor da estrutura. A metáfora torna-se perturbadora: quem ergue o labirinto para dominar a criatura acaba por compartilhar sua natureza. A figura do Minotauro, nesse sentido, deixa de ser apenas uma ameaça externa e passa a simbolizar a fusão entre poder e impulso destrutivo.

O cenário político brasileiro atual revela sinais dessa dinâmica paradoxal. Escândalos sucessivos, disputas institucionais intensas e revelações que emergem periodicamente criaram ambiente de permanente tensão. A cada nova investigação ou denúncia, parte da opinião pública percebe a existência de estruturas complexas de poder que parecem operar dentro de circuitos fechados, frequentemente distantes do escrutínio cidadão. Observadores da vida pública apontam que determinadas figuras políticas, cercadas por redes de proteção institucional ou partidária, acabam presas em seus próprios sistemas de influência. Para preservar posições conquistadas, esses personagens precisam alimentar continuamente a estrutura que os mantém no poder.

Assim como no mito antigo, o labirinto passa a exigir manutenção constante, e o monstro interno precisa ser alimentado para que a própria arquitetura permaneça intacta. Consequência desse processo é um tipo peculiar de aprisionamento político. Personagens públicos passam a agir não apenas de acordo com convicções pessoais ou interesses da coletividade, mas também em função das exigências do sistema que ajudaram a construir. O poder, que inicialmente parecia instrumento de realização, transforma-se gradualmente em mecanismo de autopreservação.

O momento político brasileiro apresenta características singulares nesse aspecto. Revelações envolvendo disputas institucionais, decisões judiciais controversas, investigações de corrupção e conflitos entre poderes criaram um ambiente em que a própria estrutura republicana parece tensionada por forças contraditórias. Cada novo episódio expõe camadas adicionais desse labirinto institucional. Diante desse cenário, cidadãos observam perplexos a repetição de um padrão histórico: indivíduos que deveriam administrar o poder em nome da sociedade acabam aprisionados em sistemas que exigem sua permanente manutenção.

Em vez de governar o labirinto, passam a correr dentro dele, tentando escapar das consequências das próprias decisões. A metáfora do labirinto revela, portanto, um dilema profundo da política contemporânea. Estruturas criadas para organizar o poder podem transformar-se em armadilhas para aqueles que as controlam. Tal situação explica parte do clima de inquietação que marca a vida pública brasileira. Revelações sucessivas alimentam a percepção de que o sistema político opera em uma lógica muitas vezes distante das expectativas da sociedade. Enquanto isso, personagens centrais da cena pública continuam a percorrer corredores cada vez mais complexos de seus próprios labirintos. A história antiga sugere, contudo, que nenhum labirinto é eterno.

No mito grego, a estrutura aparentemente inescapável acabou sendo superada quando alguém encontrou o fio capaz de revelar o caminho de saída. Na política real, esse fio costuma ser representado pela transparência, pela responsabilidade institucional e pela vigilância permanente da sociedade sobre aqueles que exercem o poder. A repetição do homem em seu labirinto, talvez, seja uma das imagens mais precisas para descrever o momento singular e turbulento que atravessa a política brasileira.

A frase que foi pronunciada:

“Papel do juiz é resolver conflitos, e não criá-los”

Teori Zavaski:

História de Brasília

O comércio de Brasília está apavorado com o numero de publicações que tem saído ultimamente. Quando sai uma publicidade local no CORREIO BRAZILIENSE, os nossos dêsses jornais” atiram-se contra os comerciantes, e, às vezes, ameaçam até chantagem. Denunciem, e nós publicaremos. (Publicada em 16.05.1962)